

A arqueologia da repressão no contexto das ditaduras militares da Argentina, Uruguai e Brasil

ANJOS, Giullia Caldas dos¹; FERREIRA, Lúcio Menezes² (orientador)

¹Graduanda Bacharelado em História, ICH/UFPEl, giulliaanjos@hotmail.com; ² ICH/UFPEL, luciomenezes@uol.com.br

Introdução

O presente trabalho propõe-se a analisar a chamada “arqueologia da repressão” no Uruguai, Argentina e Brasil, a partir da produção científica de autores que elegeram esse tema enquanto objeto de estudo. Toma por base a obra de Pedro Paulo Abreu Funari, Andrés Zarankin e José Alberioni dos Reis, “Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)”. O trabalho está organizado em quatro partes. A primeira contempla uma breve conceitualização sobre o tema da arqueologia da repressão, ao passo que a segunda reúne um breve histórico a respeito do período das ditaduras. Trata-se de uma aproximação ao tema como forma de delimitar o foco do trabalho. A terceira parte analisa a arqueologia da repressão no Uruguai, na Argentina e no Brasil com o intuito de evidenciar o modo pelo qual cada um desses países lida com o uso dessa ciência para o estudo do período das ditaduras. A quarta e última parte aborda a atual situação na pesquisa brasileira, que papel esse estudo exerce no Brasil, e qual é a importância que assumem tais evidências nas pesquisas para sociedades que só muito recentemente retomaram o estado de direito.

1. Conceitualização de Arqueologia da repressão

Sabe-se que a história é escrita pelos vencedores e para os vencedores, e esses acreditam que sua história é “a história”. Porém, os vencidos – ou as minorias - buscam, de certa forma, “reconstruir o destruído a partir dos escombros acumulados pela marcha triunfal dos vencedores”¹. Essa História dita como tradicional, mostra-se invariavelmente parcial devido ao fato de ater-se às fontes geradas pelos que detêm o poder. Dessa forma, exclui todos aqueles grupos considerados desimportantes a exemplo das minorias étnicas ou classes oprimidas.

Nesse sentido, de que forma a disciplina de arqueologia pode auxiliar essas minorias étnicas e classes oprimidas de maneira a poder também fazer com que a sua história seja reescrita? Parte-se da premissa de que a arqueologia, por trabalhar com a cultura material – ou restos e vestígios, consegue mostrar, de forma muito mais imparcial do que a historiografia tradicional, certa veracidade sobre esses grupos subordinados. E assim, através do uso da arqueologia da repressão é possível escrever a história desses grupos, que até esse momento, não possuíam sua própria narrativa.

A arqueologia da repressão pode então ser definida como uma busca dessas histórias ditas como não-oficiais, particularmente as que resultam do sofrimento de pessoas que experimentaram a opressão e a tortura nas mãos dos algozes dos governos ditatoriais das décadas de 1960 a 1980. Dessa forma, é possível procurar tanto locais de tortura ou campos de concentração, como também encontrar os restos de pessoas desaparecidas. A busca dessas evidências remete o público interessado (organizações da sociedade civil, familiares, etc.) a desvendar as circunstâncias relativas ao ato da tortura e desaparecimento das pessoas. É a possibilidade de retomar as formas pelas quais foi engendrado o complexo sistema

¹ BENJAMIN (1991, apud FERREIRA, 2008, p. 42)

de repressão montado pelas ditaduras militares latinoamericanas irmanadas em torno da conhecida “Operação Condor”, de que falaremos posteriormente.

2. Breve Histórico sobre as ditaduras na Argentina, Uruguai e Brasil²

As origens das ditaduras latinoamericanas encontram-se ineludivelmente ligadas aos efeitos da chamada “guerra fria”, no qual o mundo se apresentava dividido entre o bloco de países comunistas, integrados ao Pacto de Varsóvia e as nações capitalistas, signatárias do Tratado Atlântico Norte. Após a derrota norte-americana em Cuba e o episódio dos mísseis soviéticos, recrudescceu o medo dos EUA na esferdização do continente. Os graves problemas sociais demandavam a implantação urgente de reformas de base – sobretudo a agrária – em meio a um cenário de efervescência política que se viu reforçado com a vinda de Che Guevara para o continente (1966), em sua frustrada tentativa de implantar o *foquismo*³ e a guerrilha rural na Bolívia. É desse modo que deve ser compreendida a estratégia norte-americana de apoiar política e logisticamente a ascensão de regimes militares, estendendo sua área de influência sobre estes países comandados agora por ditaduras servis aos seus interesses.

Na Argentina, o período da ditadura (1966 – 1983) iniciou a partir do movimento “Revolução Argentina”, liderada pelo General Videla, e se constituiu através do golpe de Estado que derrubou o presidente Arturo Illia (junho de 1966). O auge da ditadura na Argentina se dá num segundo momento, após a queda de Izabelita Perón. A partir de então, percebe-se o endurecimento do regime, no que diz respeito à prática da tortura e repressão pelo Estado autoritário. Na Argentina estima-se um total de 30 mil mortos e desaparecidos que sofreram nas mãos dos governos ditatoriais nesse período.

Já no Uruguai, a ditadura está compreendida entre o início dos anos 70 e o começo dos anos 80. Em 1971, os militares mantiveram o poder através do então presidente Juan Maria Bordaberry. Foi a partir de 1973 que as forças militares passaram a exercer completo controle político sobre a população, havendo sido reconhecidas 400 pessoas atingidas, entre mortos e desaparecidos.

No Brasil, o regime militar desenvolveu-se entre 1964 e 1985 desdobrando-se em três grandes fases. A primeira inicia-se com o golpe de Estado em 1964. A segunda, ao final de 1968 com a implantação do Ato Institucional nº5, que levou ao endurecimento do regime, agora então, marcado pela repressão e a tortura. A terceira fase da ditadura no Brasil começa com a posse do general Geisel, em 1974. Oficialmente, foram reconhecidos aproximadamente 200 pessoas assassinadas pela ditadura. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos mostra que existem até a atual pesquisa cerca de 470 casos de militantes políticos que foram perseguidos e mortos pela ditadura brasileira.

3. Arqueologia da repressão na Argentina, Uruguai e Brasil

Sabe-se que na Argentina funcionaram, no período da ditadura, cerca de 340 CCDs (Centros Clandestinos de Detenção). Trata-se de aparelhos instalados geralmente em prédios já existentes, sendo lugares destinados à repressão e ao terror praticado pelo Estado (agentes civis ou militares). Em tais locais cumpriam outros propósitos que não os de deter, corrigir e entregar o indivíduo de volta à

² Capítulo escrito com base no livro “Direito à Memória e à Verdade”

³ Segundo Chagas (2006, p.2), A estratégia foquista consistia no deslocamento de um pequeno grupo de guerrilheiros para uma região inóspita às tropas regulares, onde se iniciaria um processo de ambientação e treinamento. Em seguida, o pequeno destacamento realizaria ações militares junto aos camponeses com dois objetivos: mostrar o caráter justo de sua luta e recrutar guerrilheiros entre as populações locais.

sociedade, mas sim destruir e eliminar por completo todos os que eram considerados como “inimigos do Estado” por praticarem atos supostamente terroristas. Zarankin e Niro (2008) apontam importantes diferenças existentes entre os campos de concentração em geral e os CCDs:

[...] a diferença é que, enquanto um campo de concentração é “um lugar” que se rege por convenções (ao menos deve fazê-lo segundo uma série de convenções internacionais que garantem algum respeito aos prisioneiros), o CCD não possui nenhuma – ao menos oficialmente – porque simplesmente não existe institucionalmente. Sua condição de clandestino lhe outorga a vantagem da invisibilidade e da impunidade, convertendo-o em um “não-lugar” para aqueles que se encontram dentro de seu espaço. (ZARANKIN & NIRO, 2008, p. 194; aspas no original)

Em 2003 foi aprovado o projeto de escavação de um dos CCDs existentes em Buenos Aires – o Club Atlético. Tratava-se de desvendar a lógica da arquitetura deste dispositivo. Segundo Zarankin e Niro, no primeiro nível estavam instalados dois escritórios correspondendo à esfera burocrática do CCD. No segundo nível, ou seja, abaixo do primeiro (subsolo) estavam as salas de detenção coletiva. No nível abaixo estavam outras celas e, logo depois, as salas de tortura. Dessa forma, nota-se a questão emblemática da constituição da estrutura do Club Atlético. As salas de tortura, ao serem colocadas no espaço intermediário entre as celas, como mostram os autores acarretam grande transtorno aos detidos. Permitem evidenciar, de forma ineludível, a “materialização do sadismo implícito no projeto arquitetônico do CCD”⁴.

No Uruguai, no entanto, como demonstra Mazz (2008), a conformação dos locais onde ficavam retidos os presos políticos deu-se através de duas formas. Num primeiro momento, esses pontos de retenção e repressão política estavam centrados em lugares militares. Já num segundo momento, já sob a égide da “Operação Condor”⁵, essa localização é modificada e então conforma-se uma rede de lugares clandestinos para onde são levados os presos políticos. Dessa forma, os restos de desaparecidos formam um “documento fundamental”⁶ que auxilia na interpretação da história extra-oficial do período ditatorial. Como destaca o autor, “a localização do enterramento clandestino de um detido desaparecido pode transformar um espaço, até agora irrelevante e passível de ser considerado um ‘não-lugar’ [...] em um ‘lugar de repressão’ ”⁷. Foram realizados no Uruguai, diversos estudos forenses em valas comuns, obtendo destaque os cemitérios de Colônia do Sacramento e da cidade de Castillos. Entretanto, até agora não foi possível recuperar vestígios significativos, especialmente devido ao “pacto do silêncio”⁸. A arqueologia forense e a arqueologia da repressão destacam-se como alicerces para *ressementização* do significado atribuído aos restos encontrados e como auxiliares tanto da história, por dar voz aos silenciados, como da justiça aos familiares e amigos dos desaparecidos.

No Brasil, pouco se avançou em termos de uma arqueologia do período ditatorial. É imperativo reconhecer a importância desses estudos para a sociedade, buscando respostas a questionamentos que ainda atormentam a população de

⁴ ZARANKIN & NIRO, 2008, p. 206.

⁵ “O “inimigo interno” podia estar localizado em outro país (exilado, escondido), assim como o “inimigo interno” de outra nação também precisava ser combatido não somente pelo país que o abriga. Este era o fundamento da criação da Operação Condor”. (FERNANDES, 2009, p. 2)

⁶ MAZZ, 2008 p. 171.

⁷ MAZZ, 2008, p. 172 (destaque no original).

⁸ MAZZ, 2008, p. 173.

forma geral. Porém, como apontam Funari e Oliveira (2008, p. 148), “não se pode estudar bem a repressão sem um exame das condições que levaram a arqueologia em nosso país a abster-se do tema por tanto tempo e de maneira tão persistente”. É necessário, portanto, dar importância para essa área que ao passar do tempo ganha cada vez mais destaque. No Brasil, a pesquisa arqueológica no estudo do período da ditadura ainda está em sua infância, como resultado das diversas armadilhas jurídicas e políticas colocadas pelo Estado autoritário.

Considerações Finais

A arqueologia da repressão corresponde a um campo do conhecimento pouco valorizado. Isso se deve, em parte, a que muitos personagens que atuaram nas ditaduras latinoamericanas ainda estão no poder. Recentemente alguns pesquisadores estão se dedicando ao tema, considerando que esse esforço há que superar as fronteiras internacionais diante do fato de que muitas pessoas desapareceram em outros países, sob o império do terror implantado pela “Operação Condor”. Mas essa luta demanda recursos e decisão política, algo que não pode circunscrever-se a uma mera ação indenizatória de alguns poucos casos em que o Estado se viu obrigado a reconhecer tais práticas, diante da força das evidências levantadas por arqueólogos, antropólogos forenses e outros atores que se envolveram nesta verdadeira cruzada em busca da verdade. Entre 1964 e 1979, o projeto *Brasil Nunca Mais* contabilizou 7.367 acusados judicialmente, 10.034 atingidos na fase de inquérito, 130 pessoas banidas, 4.862 cassados e pelo menos 245 estudantes expulsos da universidade, sendo que apenas 357 mortos foram efetivamente reconhecidos (BRASIL, 2007, p.30).

Referências

- BRASIL, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/>
- CHAGAS, F. Ação e revolução: os zigue-zagues estratégicos da VPR em 1968, In: *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, n. 35, 2006, p. 91-100.
- FERNANDES, A. A perseguição além da fronteira: os órgãos de repressão e espionagem da ditadura brasileira para o controle dos exilados brasileiros no Uruguai, In: *Estudios Historicos, CDHRP*, n. 1, maio de 2009.
- FERREIRA, L. Patrimônio, pós-colonialismo e repatriação arqueológica, In: *Ponta de Lança*, São Cristóvão v.1, n. 2, abr-out, 2008.
- FUNARI, P. P. A., OLIVEIRA, N. V. A arqueologia do conflito no Brasil. In: FUNARI, P. ZARANKIN, A. REIS, J. *Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*, São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. p. 141-149.
- FUNARI, P., OLIVEIRA, N., TAMANINI, E., Arqueologia pública no Brasil e as novas fronteiras, In: *Praxis Archaeologica* 3, 2008, p. 131-138.
- MAZZ, J. M. L. Um olhar arqueológico sobre a repressão política no Uruguai (1971-85). In: FUNARI, P. ZARANKIN, A. REIS, J. *Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008, p.169-181.
- ZARANKIN, A. e NIRO, C. A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da ditadura militar argentina (1976-83). In: FUNARI, P. ZARANKIN, A. REIS, J. *Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008, p. 183-210.